



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
Gabinete do Secretário. - GABSEC

Belém - PA, 29 de Abril de 2021

**Notificação N°.: 140511/CONJUR/2021**

**À**

MARIO SERGIO CARDOSO MELO  
End: AV. IZAÍAS ANTUNES, N 876 - CENTRO  
CEP: 68193-000 Novo Progresso - PA

Notificamos V. S<sup>a</sup>. que, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo 27069/2020, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, **julgou procedente o Auto de Infração: AUT-2-S/20-08-00381/2020/GEFLOR, lavrado em face de MÁRIO SÉRGIO CARDOSO MELO, CPF nº 841.217.262-00**, em razão da constatação da infração consistente no art. 41 do Decreto Federal nº 9.605/1998, enquadrando-se nos ditames do art. 118, incisos I e VI da Lei Estadual n. 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei Federal n. 9.605/1998, considerada pela Consultoria Jurídica como GRAVÍSSIMA, **sugerindo que seja aplicada a penalidade de Multa Simples no valor de 500.000 UPF'S**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, III; 122, III, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

Esclarecemos que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará o acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculado cumulativamente sobre o valor do débito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142 e 144 §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/1995.

Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados da ciência desta notificação, sendo possível o parcelamento em até 12 (doze) vezes mensais, de acordo com o disposto nos artigos 3º, III e 4º do Decreto Estadual nº 1.177/2008.

Por oportuno, fica Vossa Senhoria advertida para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, apresentar um plano de recuperação da área degradada/alterada ou comprovar as medidas mitigadoras do dano ambiental detectado, sob pena de nova autuação por infração continuada, com multa diária desde já arbitrada no valor



Governo do Estado do PARÁ  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
Gabinete do Secretário. - GABSEC

de 9.000 UPF's, durante o período de 30 (trinta) dias, conforme prevê o art. 122, § 4º e seguintes da Lei Estadual nº 5.887/1995.

Comunicamos, ainda, a Vossa Senhoria que deverá comparecer a GESFLORA/SEMAS para regularizar possíveis pendências acerca do pagamento/reposição florestal.

Com efeito, informamos a V. S<sup>a</sup>. que poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/1995.

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- Selma de Souza Pinto 29/04/2021 - 23:55;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: <https://titulo.page.link/PjuW>

